

A política económica de Manuela Ferreira Leite visa o curto prazo e o ciclo político, tendo lançado o país numa espiral recessiva com as medidas tomadas em 2002, acusa a economista **TEODORA CARDOSO**. A consultora do BPI reconhece que mais de 90% da despesa pública está adjudicada logo à partida,



À MESA NA ORDEM

pelo que o ministro das Finanças, qualquer que ele seja, «não serve para nada». Por isso, a economista sustenta, em mais um almoço organizado pela Ordem dos Economistas e pelo EXPRESSO, que um consenso entre PS e PSD é inevitável. E fala da sua admiração por Silva Lopes e Constâncio, mas não por Cavaco Silva.

«Gasta-se de qualquer maneira»

JOANA NUNES MATEUS
E NICOLAU SANTOS

REVOLUCIONAR a forma de elaborar o Orçamento do Estado (OE) é a proposta da economista Teodora Cardoso, para resolver o défice, que acusa a ministra das Finanças de agir no curto prazo e para o ciclo político.

EXPRESSO - Que sentiu ao ver consagradas, pelo Presidente da República, as suas ideias para o OE?

TEODORA CARDOSO - É evidente que fiquei satisfeita. Mas se alguém pensa que fui eu que inventei o orçamento plurianual e o orçamento da Primavera está muito enganado. As publicações da OCDE têm lá estas regras todas e a maior parte dos países já as adotou.

EXP. - Por cá, não há vontade para fazer um OE em duas fases e plurianual?

T.C. - É isso que me anda a espantar há imenso tempo. Tenho a perfeita noção de que é uma revolução. Mas não há alternativa. Se não mudarmos a elaboração do OE, só podemos esperar que a conjuntura melhore até à próxima crise, enquanto o ministro das Finanças engendra umas receitas extraordinárias. Já era tempo de Governo e Oposição se aperceberem disto.

EXP. - Qual é o mal do actual OE?

T.C. - Só uma visão plurianual pode resolver a questão da rigidez das despesas públicas. Fernando Pacheco diz que, no OE, 85%, das despesas



FOTOGRAFIAS DE NUNO BOTELHO

já estão fixadas à partida. E está a ser optimista. Em bom rigor, são 90 e muitos. Quando assim é, e se repete este exercício todos os anos, é evidente que nada se controla.

EXP. - Nem sequer é preciso ministro das Finanças?

T.C. - É evidente. Um dos nossos problemas é que, de facto, o ministro das Finanças não serve para nada. Só serve para fazer este papel de mau, nas alturas de crise, para depois fazer o papel de bonzinho, nas outras.

EXP. - Como se cortam despesas?

T.C. - É preciso mudar o sistema de

fixação das despesas do actual «bottom up» para o «top down».

EXP. - Fixá-las de cima para baixo e não de baixo para cima...

T.C. - Hoje os serviços vêm quanto é que gastaram no ano passado e acrescentam a inflação. Depois, somamos tudo no OE, escrevemos lá as receitas necessárias para fazer de conta que vamos ter aquele défice e ficamos todos contentes. No meio disto tudo, a política macroeconómica é que não interessa a ninguém.

EXP. - O Orçamento da Primavera servia então para fixar um tecto?

T.C. - Se não for fixado, não serve pa-

ra nada. Na Primavera, devia-se adaptar o OE ao ciclo económico. Ver quanto é que a economia e as receitas podem crescer sustentadamente. E depois fixar até quanto é que as despesas podem ir. Esse total das despesas, que não pode mesmo ser ultrapassado, seria depois distribuído pelos vários serviços, mas por cinco anos.

EXP. - Isso implica uma gestão das despesas públicas pelos serviços?

T.C. - Obviamente que isto implica uma gestão descentralizada. O nosso sistema é a pior mistura possível entre uma enorme centralização e uma enorme fraqueza do poder cen-

tral. E não há gestão das despesas porque os serviços não têm poder para gerir. Mas com este limite às despesas totais, compatibilizava-se o OE com o ciclo económico e obrigava-se o Estado a gerir-se e a dar condições aos gestores para se gerirem. Caso contrário, vamos continuar na mesma. Como o Governo e o ministro das Finanças não têm verdadeiro poder para impor restrições orçamentais, todos pedem sempre mais.

EXP. - É o caso das autarquias?

T.C. - Hoje, o que interessa é o poder negocial de cada entidade. No topo está João Jardim. E as autarquias perceberam que o seu poder é enorme, especialmente em ano de eleições. Mas as autarquias têm feito muita coisa de positivo. E há uma série de despesas que terão que continuar a aumentar: o saneamento, por exemplo.

EXP. - Os autarcas são os maus da fita?

T.C. - Não se pode é dizer que só as autarquias é que gastam. Têm que continuar a gastar, mas também têm de começar a gerir as despesas. O conceito fundamental é o da gestão. O problema das autarquias é não terem responsabilidade pela cobrança dos impostos e o pessoal da terra não saber que os impostos que paga vão para esta ou aquela obra. As autarquias funcionam com o Estado, como Portugal funciona face aos fundos comunitários. Gasta-se de qualquer maneira porque os europeus é que pagam.

EXP. - É preciso um pacto de regime?

T.C. - As grandes mudanças estruturais têm sempre um efeito negativo a curto prazo. Daí a necessidade de haver um consenso entre Governo e Oposição. Mas consenso não é estarmos todos de acordo com tudo. Tem de haver, por exemplo, mar-

gem para uns partidos defenderem maior carga fiscal e outros menos. Basta respeitar os princípios orçamentais para que a economia deixe de andar nestes sobressaltos.

EXP. - O PS e o PSD têm mesmo de se entender?

T.C. - Se não estiverem de acordo, não passamos disto: a gerimos na base de que é preciso aumentar sempre a despesa e quem vier atrás que feche a porta — foi o que o PS fez durante muitos anos —, ou a travamos o máximo no início, para depois se ter alguma margem de manobra nas eleições.

EXP. - Portugal pode ambicionar contas equilibradas?

T.C. - O nosso problema é uma péssima gestão fiscal e uma péssima gestão das contas públicas. Se decidirem resolver, temos condições para isso. Um bom exemplo é a Suécia. No início da década de 90, entrou em crise, com um défice orçamental de 11% do PIB e um nível de despesas públicas na ordem dos 60% do PIB. A única diferença foi que se puseram ao trabalho. Resolveram a crise e hoje têm sucessivos excedentes orçamentais. Continuam a ter despesas e receitas na ordem dos 60% do PIB e são o terceiro país mais competitivo do mundo. A Finlândia é o primeiro e tem o mesmo nível de despesas. Portanto, a tese de que a descida dos impostos resolve tudo, também não resolve nada.

EXP. - Qual é o segredo da Suécia?

T.C. - Como a classe média tem consciência de que é quem paga, exige que os serviços públicos sejam eficientes, que não haja desperdícios nem a captura do Estado por algumas classes. Exercem um controlo férreo sobre as despesas e comparam permanentemente se os serviços públicos são mais eficientes do que os privados.

EXP. - Por que defende um gabinete técnico orçamental (GATO) no Parlamento, com técnicos a fazer contas para os deputados?

T.C. - Se não tivermos dados, como é que podemos saber, por exemplo, quanto custou a nova tabela retributiva da Isabel Corte Real? Que espécie de previsão é que se fez? Essas contas têm de ser feitas.

EXP. - Alguns deputados encaram o GATO como um atestado de incompetência?

T.C. - Não podemos exigir aos deputados que sejam especialistas nas estatísticas das finanças públicas. Não o são em sítio nenhum. Eles deviam ter uma entidade no Parlamento que acompanhasse e fizesse os cálculos das medidas. E não podia haver medidas aprovadas, sem que essa entidade calculasse quanto é que custam.

EXP. - Como avalia a política de Manuela Ferreira Leite?

T.C. - É agir no curto prazo e para o ciclo político. A crise em que ela entrou era uma excelente oportunidade de encostar o PS à parede. Perdeu uma excelente oportunidade de fazer uma reforma do sistema.

EXP. - E contribuiu para a recessão?

T.C. - O mal foi não ter previsto que as medidas restritivas que tomou em 2002, num contexto já de si recessivo, iriam piorar tanto as coisas. Puseram a economia ainda mais em recessão, reduziram mais as receitas públicas e a gente não sai disto. Entrámos numa espiral recessiva.

EXP. - E como vê a venda das dívidas fiscais ao Citigroup?

T.C. - Há uma total obscuridade. Como é que aquele banco apareceu? Que condições é que tem? Eu gostava de imitar a Suécia, mas infelizmente vamos sempre atrás é da Itália e da Grécia. Agora não divulgaram o contrato enquanto não for traduzido. Mas eu sei ler inglês. A tradução deve ser para o maquilhar.

O Governo não tem verdadeiro poder para impor restrições

Quando a classe média tem consciência de que paga, exige

Invista bem.
Invista com
o BPI.

www.bpiinvestimentos.pt

Rentabilidades Anualizadas Líquidas até 26/01/2004

	Data de Lançamento	Desde o Lançamento	Últimos 5 anos (1)	Últimos 3 anos (2)	Último ano (3)
Fundos de Investimento Mobiliário					
Diversificação					
BPI Global	03/02/1997	4,7%	2,1%	0,8%	8,4%
BPI Brasil	08/02/2000	-5,9%	-	-10,5%	34,3%
BPI Universal (4)	18/09/2000	-10,1%	-	-8,5%	23,0%
Tesouraria					
BPI Liquidez (FT)	18/03/1996	2,9%	2,4%	2,3%	1,6%
Obrigações					
BPI Taxa Variável	25/10/1994	4,1%	2,9%	3,0%	3,4%
BPI Renda Trimestral	07/01/1992	5,3%	2,8%	2,9%	3,0%
BPI Euro Taxa Fixa	26/04/1993	7,0%	2,7%	5,1%	4,0%
BPI Obrigações de Alto Rendimento Alto Risco	01/09/1999	6,0%	-	6,5%	22,5%
Acções					
BPI Portugal	03/01/1994	7,1%	-3,6%	-5,4%	25,2%
BPI Europa Valor	11/06/1991	9,9%	-4,1%	-9,0%	18,9%
BPI Europa Crescimento	01/06/1992	5,5%	-4,3%	-12,4%	20,7%
BPI América	16/08/1993	-0,2%	-7,0%	-18,3%	8,4%
BPI Finanças	01/09/1999	-2,8%	-	-10,0%	19,1%
BPI Tecnologias	16/05/2000	-32,8%	-	-30,1%	24,8%
BPI Reestruturações	04/12/2000	-3,6%	-	-3,3%	19,2%
Poupança Fiscal (5)					
BPI Reforma Segura (PPR/E)	28/11/1991	7,9%	3,8%	4,6%	4,0%
BPI Reforma Investimento (PPR/E)	02/12/1991	7,6%	2,6%	3,0%	9,3%
BPI Vida (PPR/E)	31/10/1996	3,2%	2,3%	2,5%	8,1%
BPI Taxa Fixa PPR/E	17/08/2001	4,3%	-	-	1,3%
BPI Taxa Variável PPR/E	14/08/2001	3,2%	-	-	3,3%
BPI Poupança Acções (PPA)	15/11/1995	10,7%	-3,2%	-5,0%	25,3%
Seguros de Capitalização (5)					
BPI Vida Taxa Variável	20/06/2001	4,1%	-	-	3,4%
BPI Vida Taxa Fixa	19/11/2001	4,4%	-	-	3,0%
BPI Vida Universal (Acções)	12/06/2001	-5,8%	-	-	26,2%

As rentabilidades obtidas no passado não constituem garantia de rentabilidade no futuro.

(1) 26/01/1999; (2) 26/01/2001; (3) 24/01/2003; (4) O cálculo da rentabilidade reporta-se a 18 de Setembro de 2000, data da alteração da política de investimentos; (5) As rentabilidades indicadas não consideram o benefício da Dedução à Colecta de IRS nem o imposto sobre os rendimentos devido ao resgate.

As rentabilidades são líquidas de comissão de gestão e excluem comissões de emissão e resgate. O valor das unidades de participação dos Fundos pode aumentar ou diminuir em função da avaliação dos activos que integram o património do Fundo. Os Prospectos Simplificados e Completos encontram-se disponíveis aos balcões dos Bancos Colocadores e na Sociedade Gestora.

BPI Fundos
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, SA
Capital Social: € 2.500.000 GRCL Lisboa 3480
Contribuinte nº 502 443 022

BPI Vida
Companhia de Seguros de Vida, SA
Capital Social: € 50.000.000 GRCL Lisboa 2862
Contribuinte nº 502 623 543



Memórias contadas a rir

TEODORA Cardoso está sempre a rir, dela e de tudo o que se lembra. Avesa a fotografias, só tem mesmo a do Bilhete de Identidade. «Lá em casa, só tenho fotografias do meu cão. Que é muito mais fotogénico do que eu». Até as difíceis reuniões do Banco de Portugal com o Fundo Monetário Internacional (FMI) de há 30 anos têm motivos para gargalhada. Em 1973, a missão do FMI vinha obrigar o país a revalorizar a taxa de câmbio. «O chefe da missão, um cavalheiro belga, extremamente antipático, insistia em falar francês quando a língua oficial era o inglês. Era um diálogo de surdos. Mas quando o Ernâni Lopes percebeu que ele queria revalorizar o escudo, ficou lívido». Entre gargalhadas, Teodora até imita aquele sotaque tipo «Allô, Allô». O belga

só repetia: «It's written in the wind! It's written in the wind!» Em 1976, a italiana Teresa Ter-Minassian era a nova chefe da delegação do FMI a Portugal. Mas as gargalhadas de Teodora são as mesmas. «A Teresa era mais elegante. Calçava uns saltos tão altos que eu ficava aterrada a pensar como é que ela conseguia andar naquilo. Volta e meia caía». Uma das quedas foi na Direcção Central de Planeamento.

«Aquilo tinha uns corredores de pedra encerados que, mesmo com sapatos normais, eram perigosos. A Teresa estatelou-se lá».

Silva Lopes e Vítor Constâncio têm craveiras acima da média

Da sua experiência no Banco de Portugal elege Silva Lopes e Vítor Constâncio como os chefes que mais a marcaram. «São duas pessoas de uma craveira acima da média e sem eles não tínhamos ultrapassado o que se passou». Mas têm estilos completamente diferentes. «O Silva Lopes foi uma

surpresa. Tem uma grande capacidade de fazer as coisas andarem. E, como governador, nunca teve problemas em dizer: eu disto não sei nada! Mas a verdade, é que passado um dia já sabia. O Constâncio já conhecia. É mais reflexivo, introspectivo, e só fala de uma coisa quando tem a certeza de que sabe mais do assunto do que os outros».

Cavaco Silva também não terá sido uma referência? Pelos vistos, não. «Nenhum outro deixou nem sombra da marca destes dois. E se estou a incluir o professor Cavaco aí, estou!»

Liquidação Total

(Motivo de Obras)

Móveis
Sofás
Candeeiros
Artigos Decoração

Descontos até 80%

Norquite, Lda.

Av. dos Maristas, 518
2775 PAREDE
Tel.: 21 452 81 20

SECTOR AUTOMÓVEL

DISTRITO LISBOA
CEDEM-SE NEGÓCIOS DE CONCESSÕES
CONTRATUALIZADAS

4 MARCAS IMAGEM DO MELHOR
Trespasse dos Negócios, ou Venda c/ Móveis

Primeiros Contactos: TM 96 997 29 65
(Motivos à Vista)